

Violência doméstica

Em todo o Estado há 43 unidades em 42 cidades, com cobertura de apenas 30% dos municípios mato-grossenses

Ranking de atendimentos

Barra do Garças	25,4 (1 Creas)
Nobres	16,9 (1 Creas)
Aripuanã	13,1 (1 Creas)
Santo Antônio do Leverger	12,8 (1 Creas)
Sorriso	9,7 (1 Creas)
Lucas do Rio Verde	6,3 (1 Creas)
Sinop	3,4 (1 Creas)
Tangará da Serra	1,9 (1 Creas)
Rondonópolis	1,7 (1 Creas)
Cuiabá	1,3 (2 Creas)



Divulgação

2,4% das ocorrências são atendidas em MT

Centros de Referências Especializados de Assistência Social (Creas) atenderam 960 mulheres em 2018, do total de 39,789 mil ocorrências registradas

DANTIELLE VENTURINI
DA REDAÇÃO

Centros de Referências Especializados de Assistência Social

(Creas) atenderam 960 mulheres vítimas de violência doméstica em todo o Estado em 2018, o que corresponde a apenas 2,4% das 39,789 mil ocorrências registradas pela Segurança Pública de Mato Grosso no mesmo período. Os dados referentes aos atendimentos são do Relatório Anual do Sistema Único de Assistência Social do Estado que indicam uma redução de 27,7% nos atendimentos para este público no período de 2015 a 2018.

Em todo o Estado há 43 unidades em 42 cidades, com cobertura de apenas 30% dos municípios mato-grossenses. O Creas é uma das políticas de assistência social voltadas para o apoio, orientação e atendimento ao cidadão que é vítima de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus-tratos e qualquer tipo de discriminação. O relatório que analisou os atendimentos inseridos no Registro Mensal de Atendimento (RMA) do Creas, traz um ranking dos 10 municípios que mais realizaram atendimentos. Entre eles aparecem Barra do Garças com a maior taxa de atendimentos, 24,4 a cada 10 mil pessoas, Nobres, Aripuanã e Santo Antônio do Leverger. Cuiabá aparece com o menor índice, 1,3 a cada 10 mil vítimas.

De acordo com o RMA é possível notar uma diminuição na taxa de atendimentos nos Creas em vários municípios entre 2017 e 2018, inclusive Barra do Garças (de 30,3 para 25,4), município exemplo no combate à violência contra a mulher. Houve também um pequeno aumento em alguns municípios como Nobres (de 14,1 para 16,9) e Cuiabá (de 1,1 para 1,3).

Para a defensora e coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher, da Defensoria Pública do Estado (Nudem), Rosana Leite, os dados refletem um cenário que não pode ser entendido como aumento da violência contra a mulher e nem de diminuição, mas sim da necessidade de estruturas que o Estado e município ainda precisam construir. Segundo ela fica claro por exemplo, que onde há um atendimento mais qualificado, como na cidade de Barra do Garças que é referência no

Barra do Garças ficou 4 anos sem registrar nenhum feminicídio

oferecido, já que faltam estabelecimentos e atendimento 24h, ela ressalta que a referência é no atendimento no que diz respeito ao sistema de justiça com a atuação da Defensoria Pública, Poder Judiciário e Ministério Público, e os números de processos nas duas varas são grandes.

Secretária-adjunta de Assistência Social de Cuiabá, Hellen Ferreira, explica que no Creas do município os atendimentos são realizados de acordo com a demanda dessas mulheres que são encaminhadas pela delegacia ou Justiça, após o registro da ocorrência, ou procuram a unidade por iniciativa própria. “O que ocorre é que por vezes essas mulheres, por inúmeros motivos, optam por não receber esse atendimento”, essa segundo ela, pode ser uma das explicações para a queda nos atendimentos que ocorreu de um ano para o outro.

Apesar de reconhecer que o atendimento à vítima precisa ser ampliado, a secretária destaca que Cuiabá tem construído uma rede de enfrentamento dessa violência. Um projeto piloto implantado no bairro Dom Aquino, por exemplo, deverá se expandir para outros ainda este ano. Denominado “Patrulha Maria da Penha”, ela explica que uma equipe da Polícia Militar realiza visitas e o acompanhamento das vítimas e agressores.

M.L.R. 30, faz parte desse atendimento que tem feito diferença na vida dela. “Desde que começaram a vir aqui e que conversaram com ele, nunca mais me procurou. Não me manda mensagem igual mandava e não manda nem recado. Agora consigo ter paz”. Conforme a secretária, este ano o projeto vai ser levado para pelo menos mais 10 bairros. “Temos trabalhado na construção de melhorias para o atendimento, e esta é uma delas”.

Exemplo a ser seguido

Defensora de Barra do Garças, Lindalva Ramos, explica que no município funciona há 6 anos uma rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, que leva informação e

atendimento à mulher vítima, eles ocorram em maior quantidade.

Na Capital, apesar de deixar a desejar em relação ao primeiro atendimento



Robervaldo Rocha

Aos poucos municípios e Estado criam uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica

acolhimento às vítimas. Todas as secretarias e órgãos do Estado presentes no município fazem parte da rede, entre elas o Creas. Desde que a rede foi criada, a cidade ficou 4 anos sem registrar nenhum feminicídio. Este ano até o momento nenhum foi registrado.

Conforme ela, um ano antes de a rede ser criada, o Creas havia realizado apenas 2 atendimentos a mulheres vítimas de violência. No ano seguinte, com todo empenho da rede em levar informação, esses números saltaram para mais de 300. Em uma das ações coordenadas está o acompanhamento pela Patrulha da Rede de Frente-Mulher Protegida. Se a vítima aceitar o acompanhamento, já passa pela equipe multiprofissional para fazer a avaliação de risco, a qual irá orientar a frequência das visitas da Patrulha. O agressor também recebe a visita da patrulha, que explica o que são as medidas protetivas e a possibilidade de prisão em caso de descumprimento.

Cobertura

Superintendente de gestão do Sistema Único de Assistência Social, da Secretaria de Estado de Assistência Social e

Cidadania (Setasc), Leicy Lucas Vitória, explica que as causas para a queda nos atendimentos podem ser diversas, embora haja uma hipótese que considera importante destacar, que é a fragilidade das articulações entre as redes de atenção e atendimento a mulheres vítimas de violência, uma vez que as unidades funcionam através de demandas espontâneas ou encaminhamentos de diversos setores e políticas públicas.

Em relação ao número de municípios que possuem o centro de referência, ela explica que existem parâmetros para a implantação como, por exemplo, em cidades até 20 mil habitantes, os atendimentos podem ser realizados por uma regional, e não necessariamente pelo município. Apesar disso, o diagnóstico socioterritorial e os dados de vigilância socioassistencial são fundamentais para definição mais apropriada do quantitativo de unidades necessárias, considerando a realidade de cada território.

@
dantielle@gazetadigital.com.br